



2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

&

Relatório dos Auditores Independentes



NOVA AMÉRICA
agropecuária

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

**Acionistas e Administradores da
AGROPECUÁRIA NOVA AMÉRICA S/A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGROPECUÁRIA NOVA AMÉRICA S/A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGROPECUARIA NOVA AMÉRICA S/A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **AGROPECUÁRIA NOVA AMÉRICA S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília de Minas (MG), 17 de abril de 2026.



UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC DF 501/O-1 CVM 6785
CLAUDINEI DALLASTRA
Contador CRC DF 16037/O

AGROPECUÁRIA NOVA AMÉRICA S/A

CNPJ - 25.353.745/0001-65

NIRE - 31300146120

Demonstração Financeira Individual

Fundo em 31 de dezembro de 2025

Valores em R\$ 1,00

Balço Patrimonial							
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025	2024	DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025	2024
ATIVO		185.504.803	166.146.727	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		185.504.803	166.146.727
Ativo Circulante		77.035.379	55.899.711	Passivo Circulante		14.624.991	14.300.823
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	22.677.113	8.910.347	Fornecedores	12	7.393.058	8.539.813
Contas a Receber	7	587.611	1.094.440	Salários e Obrigações Sociais	13	681.694	636.861
Impostos a Recuperar/Compensar		246.896	323.565	Obrigações Fiscais	14	577.371	321.165
Adiantamentos/Quotas de Consorcio	9	11.014.477	7.543.218	Empréstimos e Financiamentos	15	412.253	1.007.868
Estoques	8	42.509.282	38.028.141	Adiantamento Recebidos		-	3.332
				Lucros Distribuidos a Pagar		3.534.621	1.544.798
				Outras Obrigações		2.025.994	2.246.986
Ativo Não Circulante		108.469.424	110.247.016	Passivo Não Circulante		86.198.002	6.131.185
Ativo Realizável a Longo Prazo	9	1.006.427	857.017	Empréstimos e Financiamentos	15	412.253	942.405
Investimentos	10	821.718	920.010	Contratos de Mútuos		3.812.500	4.562.500
Imobilizado	11	106.641.279	108.469.989	Quotas de Consorcio	9	345.166	626.280
				Lucros Distribuidos a Pagar	16a	81.628.083	-
				Patrimônio Líquido	16	84.681.810	145.714.719
				Capital Social		80.945.000	80.945.000
				Reserva legal		3.736.810	2.607.560
				Reserva de Lucros		-	62.162.159

Demonstração do Resultado do Exercício			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025	2024
Receita Operacional Bruta	17	62.093.120	32.503.867
(-) Deduções da Receita Bruta	19	(1.782.747)	(470.048)
Receita Operacional Líquida		60.310.373	32.033.819
(-) Custos dos Produtos Vendidos	18	(27.883.699)	(17.956.861)
Lucro Operacional Bruto		32.426.674	14.076.958
Despesas/Receitas Operacionais		(8.336.902)	(9.760.340)
(-) Despesas com Pessoal		(721.747)	(1.160.208)
(-) Despesas com Materiais		(1.176.086)	(1.056.495)
(-) Despesas com Serviços		(3.594.560)	(4.164.212)
(-) Despesas com Depreciação		(2.529.264)	(2.449.331)
(-) Despesas com Tributos Diversos		(350.552)	(483.463)
(+) Outras Receitas		607.811	297.283
(-) Outras Desp. Gerais e Administrativas		(572.504)	(743.914)
Resultado Operacional antes das Rec./Disp. Financeiras		24.089.772	4.316.618
Resultado Financeiro	20	1.845.990	705.321
(+) Receitas Financeiras		3.074.561	1.844.231
(-) Despesas Financeiras		(1.228.571)	(1.138.910)
(+/-) Resultado de Participações Societárias		(98.292)	(59.595)
Resultado antes da Contribuição Social e IRPJ		25.837.470	4.962.344
(-) Provisão para Imposto de Renda	21	(2.228.112)	(1.264.946)
(-) Provisão para Contribuição Social	21	(1.024.361)	(573.938)
Lucro Líquido do Exercício		22.584.997	3.123.460
Resultado por ação:			
Resultado por ação - básico		0,2790	0,0386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA NOVA AMÉRICA S/A

CNPJ - 25.353.745/0001-65

NIRE - 31300146120

Demonstração Financeira Individual

Findo em 31 de dezembro de 2025

Fluxo de Caixa Demonstrado pelo Método Indireto

Valores em R\$ 1,00

Descrição das Atividades	2.025	2.024
<u>Das atividades operacionais</u>		
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	25.837.470	4.962.344
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	2.529.264	2.449.331
(Ganho) Perda na alienação de bens	(563.811)	12.000
Despesa de juros	496.229	502.768
Resultado de investimentos avaliados pelo MEP	98.292	59.595
	28.397.444	7.986.038
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em Clientes	506.829	(648.969)
(Aumento) redução em Impostos a Compensar	76.669	(236.307)
(Aumento) redução em Adiantamentos	(3.471.259)	(3.694.986)
(Aumento) redução em Estoques	(4.481.140)	(9.591.784)
(Aumento) redução em Outros Ativos circulantes e não circulantes	(149.410)	2.706.422
Aumento (redução) em Fornecedores	(1.146.755)	6.105.989
Aumento (redução) em Salários e Obrig. Sociais	44.833	160.874
Aumento (redução) em Obrigações Tributárias	(86.594)	71.853
IRPJ e CSLL pagos	(2.909.672)	(2.084.859)
Aumento (redução) em juros a pagar	(496.229)	(502.768)
Aumento (redução) em Outras Obrigações	1.413.545	(6.980.232)
Disponibilidades líquidas geradas pelas/(aplicadas nas) atividades operacionais	17.698.261	(6.708.729)
<u>Das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.253.737)	(2.583.170)
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	3.116.994	-
Recursos provenientes de alienação de investimentos	-	48.000
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(136.743)	(2.535.170)
<u>Das atividades de financiamentos</u>		
Pagamento por distribuição de lucros	(1.989.824)	(1.931.193)
Aumento (redução) de Consórcio	(685.816)	(2.810.526)
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	(1.119.112)	(1.832.885)
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(3.794.752)	(6.574.604)
Fluxo de caixa total	13.766.766	(15.818.503)
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades		
No início do exercício	8.910.347	24.728.850
No fim do exercício	22.677.113	8.910.347
Aumento/(redução) nas disponibilidades	13.766.766	(15.818.503)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA NOVA AMÉRICA S/A**Demonstração do Valor Adicionado**

CNPJ - 25.353.745/0001-65

NIRE - 31300146120

Demonstração Financeira Individual

Valores em R\$ 1,00

Receitas	2.025		2.024	
Da Atividade agropecuária	60.141.219		30.532.594	
De Arrendamento	1.822.579		1.848.093	
De Aluguéis de Imóveis	129.321		123.180	
Outras receitas	<u>607.811</u>		<u>297.283</u>	
	62.700.931		32.801.150	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(27.883.699)		(17.956.861)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	<u>(6.397.848)</u>		<u>(6.201.097)</u>	
	(34.281.547)		(24.157.957)	
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(2.529.264)		(2.449.331)	
Valor adicionado líquido gerado	25.890.120		6.193.862	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	3.074.560		1.844.231	
Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>(98.292)</u>		<u>(59.595)</u>	
	2.976.269		1.784.636	
Valor adicionado total a distribuir	<u>28.866.388</u>		<u>7.978.498</u>	
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	616.610	2,14%	1.014.510	12,72%
Salários e encargos	616.610		1.014.510	
Impostos, taxas e contribuições	4.683.104	16,22%	2.720.937	34,10%
Tributos Federais	4.031.754		2.488.705	
Tributos Estaduais	651.350		232.233	
Tributos Municipais	0		0	
Financiadores	981.678	3,40%	1.119.590	14,03%
Juros	938.878		925.447	
Aluguéis	42.800		194.143	
Sócios	22.584.997	78,24%	3.123.460	39,15%
Distribuição de lucros	1.989.824		1.931.193	
Lucros retidos do exercício	20.595.173		1.192.267	
Valor adicionado total distribuído	<u>28.866.388</u>	100%	<u>7.978.498</u>	100%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente**CÁSSIO ABREU ROSA MIARI**
Diretor Executivo**CELSO GUERRA LEMOS NETO**
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA NOVA AMÉRICA S/A

CNPJ - 25.353.745/0001-65

NIRE - 31300146120

Demonstração Financeira Individual

Findo em 31 de dezembro de 2025

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores em R\$ 1,00

Transações	Capital Social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	80.945.000	2.451.387	61.126.065	144.522.452
Lucro Líquido do Exercício			3.123.460	3.123.460
Destinações				-
Reserva Legal		156.173	(156.173)	-
Distribuição de Dividendos			(1.931.193)	(1.931.193)
Dividendos Propostos			-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	80.945.000	2.607.560	62.162.159	145.714.719
Lucro Líquido do Exercício			22.584.997	22.584.997
Destinações				-
Reserva Legal		1.129.250	(1.129.250)	-
Distribuição de Dividendos			(1.989.823)	(1.989.823)
Dividendos Propostos Lei nº 15.270/2025			(81.628.083)	(81.628.083)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	80.945.000	3.736.810	-	84.681.810

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA NOVA AMÉRICA S/A

CNPJ - 25.353.745/0001-65

NIRE - 31300146120

Demonstração Financeira Individual Findo em 31 de dezembro de 2025 Demonstração do Resultado Abrangente

Valores em R\$ 1,00

Descrição	2.025	2.024
Lucro Líquido do exercício	22.584.997	3.123.460
(+/-) Outros Resultados Abrangentes do Período	-	-
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
(=) Resultado Abrangente Total	22.584.997	3.123.460

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

LÚCIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO

CRC-DF 019351/O-0

Contador

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

Nota	Pag
Base de Preparação	
1. Contexto Operacional	11
2. Relação de Entidades Coligadas.....	11
3. Apresentação das Demonstrações Financeiras	11
4. Conclusão, Autorização para Publicação e Aprovação	12
Políticas Contábeis	
5. Sumário das Principais Práticas e Estimativas Contábeis	13
Ativos	
6. Caixa e Equivalentes de Caixa	15
7. Contas à Receber	16
8. Estoques	16
9. Quotas de Consórcio (Adiantamentos)	17
10. Investimentos	17
11. Imobilizado.....	18
Passivo e Patrimônio Líquido	
12. Fornecedores.....	18
13. Salários e Obrigações Sociais	18
14. Obrigações Fiscais.....	19
15. Empréstimos e Financiamentos.....	19
16. Patrimônio Líquido	19
Outras Informações	
17. Receitas.....	20
18. Custo dos Produtos Vendidos	20
19. Tributos Incidentes sobre a Receita	21
20. Resultado Financeiro	21
21. Aspectos Tributários.....	21
22. Projeção de Produtividade e Área por Cultura	22
23. Cobertura de Seguros	22
24. Partes Relacionadas.....	22
25. Evento Subsequente	23
26. Auditores Independentes.....	23
27. Política Ambiental.....	23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de dezembro de 2025.

NOTA 1. Contexto Operacional.

a. A Empresa ou Companhia.

A Agropecuária Nova América S/A, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins lucrativos, iniciando suas atividades com prazo indeterminado em 01 de julho de 2016, com sede a Fazenda Gleba da Barra, SN, bairro Zona Rural, município de Brasilândia de Minas estado de Minas Gerais. Em 2022, ocorreu a transformação da referida sociedade de limitada em sociedade anônima fechada, que passou a girar sob a denominação de Agropecuária Nova América S/A.

O modelo de negócio é baseado em um sistema de produção moderno, em alta escala, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental, contando com estrutura própria para armazenagem.

b. Áreas de Negócios.

A Agropecuária Nova América S/A, possui como objeto social, a exploração da atividade agropecuária, aluguel de imóveis próprios, atividades de pós colheita, armazéns gerais, depósitos de mercadorias para terceiros, emissão de conhecimentos de depósito e warrants, e envasamento e empacotamento. Possui como exploração na atividade agropecuária em terras próprias o cultivo de soja, algodão, milho, sorgo, crotalária, e laranja, com predominância para o cultivo de soja e algodão, além da participação em sociedade coligada na qualidade de sócia quotista.

NOTA 2. Relação de Entidades Coligadas

Segue abaixo a participação da Coligada na data findo do balanço.

	Participação	
	2025	2024
Ludem Algodoeira Ltda	9,09%	9,09%

Com sede na cidade de Brasilândia de Minas/MG, com objeto social de Recebimento De Algodão Em Carço, a Desintegração Mecânica de Fardão, Pré-Limpeza de Algodão, Limpeza de Algodão, Descaroçamento e Limpeza de Pluma, Enfardamento e Prensagem, Comercialização, Exportação, e Importação, Prestação de Serviços; Fabricação de Óleos Vegetais em bruto ou refinado, exceto Óleo de Milho; Fabricação de Alimentos para Animais; Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal; Comércio Atacadista de Alimentos para Animais; Comércio Atacadista de Matérias-Primas Agrícolas; Comércio Varejista ou Especializado de Produtos Alimentícios em Geral; Armazéns gerais, Depósitos de Mercadorias para Terceiros, emissão de conhecimentos de depósito e warrants. (Nota explicativa 5a e 10).

NOTA 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com NBC TG 1001, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e por exigência dos Acionistas as Demonstrações Financeiras não foram consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas da Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicadas para o porte da sociedade.

A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

A Administração avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração e de sua coligada no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

b. Apresentação.

Estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras, a DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa - preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos da Seção 7 da NBC TG 1001.

A DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado – preparada de acordo com CPC 09, sendo apresentada de forma adicional, pois pela legislação é requerida somente as companhias de capital aberto, sendo submetida aos mesmos procedimentos de auditoria das demais demonstrações.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, moeda funcional da companhia, desprezadas as frações de centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 4. Conclusão, Autorização para Publicação e Aprovação.

Em conformidade com a Seção 32 da NBC TG 1001 (evento subsequente) a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025 foi autorizada pela diretoria em 25 de março 2026, desta forma, as demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

NOTA 5. Principais Políticas Contábeis.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão relacionadas a seguir:

a. Investimentos em Coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, e também o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial conforme orientação da Seção 14 da NBC TG 1001 e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo conforme Seção 19 da NBC TG 1001.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e ajustadas contra o valor contábil do investimento. A Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

b. Provisões.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando contingência representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os tributos sobre o lucro da sociedade IRPJ e a CSLL, são calculados pelo regime de competência, adotando-se o regime do Lucro Presumido com base nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício e de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, sendo reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

As provisões para o imposto de renda e contribuição social, são calculados com base nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros sendo reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis trimestrais, sobre os excedentes a R\$60.000,00. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Apuração do resultado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos e aluguéis de imóveis próprios, e somente é reconhecida no resultado quando

todos os riscos e benefícios inerentes aos mesmos são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

d. Reconhecimento da receita.

Em conformidade com a Seção 23 na NBC TG 1001, a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos e aluguéis de imóveis próprios, no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Segundo a Seção 23 na NBC TG 1001, a entidade somente deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço ao cliente.

No exercício de 2025, a receita operacional bruta reconhecida, esta detalhada na nota explicativa 17.

e. Remuneração dos Sócios.

Houve no decorrer do exercício distribuição de lucros aos sócios na forma de dividendos no valor de R\$1.989.823 (2024 R\$7.747.201), além do provisionamento de R\$81.628.083 para serem liquidados até dezembro de 2028 (nota 16a).

f. Imobilizado.

É apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação fiscal e societária. As taxas de depreciação fiscais estão conforme a legislação tributária e as societárias são calculadas em decorrência da vida útil estimada do bem.

O custo da depreciação societária é calculado pelo método linear para distribuir seu valor ao longo do tempo, sendo reconhecida no resultado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Imóveis em Construção e Terras Rurais não são depreciados. Os valores do imobilizado e da depreciação estão divulgados na nota explicativa 11.

g. Avaliação do valor recuperável dos ativos.

A análise dos ativos contidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2025 não indicou a necessidade de ajustes por redução ao valor recuperável de ativos.

h. Estimativa do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes, tributos a recuperar, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e obrigações fiscais, estejam próximos de seus valores justos. Salvo disposição em contrário, os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

i. Estoques.

Os estoques da Sociedade possuem critérios diferenciados de avaliação e estão apresentados por seu custo de aquisição, produção ou valor de pauta ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa 8.

j. Instrumentos financeiros.

A companhia classifica seus principais instrumentos financeiros ativos e passivos da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

- i. *Equivalentes de caixa:* Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. (Nota explicativa 6)
- ii. *As aplicações financeiras:* são apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Essas operações estão reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (Nota explicativa 6).
- iii. *Contas a receber de clientes:* Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. Devido o prazo de recebimento ser equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), são classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. (Nota explicativa 7)

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

- iv. *Fornecedores:* As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrente da aquisição de bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar de fornecedores inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (Nota explicativa 12).

- v. *Financiamentos e Empréstimos:* O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiamentos de infraestrutura. Estão demonstrados pelos valores de contratação.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. (Nota explicativa 15).

A Sociedade não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e 2024. Os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

k. Passivos Contingentes e Processos Judiciais.

A Sociedade não é parte em processos judiciais de qualquer natureza que geram passivos contingentes, ou necessidade de divulgação.

NOTA 6. Caixa e Equivalentes de Caixa.

Representado pelo saldo de caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, conversíveis em montante de caixa, sujeito a um risco ínfimo de mudança de valor. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.i.

Disponibilidades	2025	2024
Caixa	-	560
Bcos C/Movimento	26.375	20.714
Aplicações Financeiras	22.650.737	8.889.073
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.677.113	8.910.347

NOTA 13. Salários e Obrigações Sociais.

Referem-se, basicamente, a salários e seus respectivos encargos sociais a serem liquidadas em janeiro de 2026 e provisões de férias, tendo sido apropriados em rubricas contábeis de despesas, obedecendo ao regime de competência. Os salários e as obrigações sociais montam na data do balanço o valor de R\$681.694 (2024 R\$636.860).

NOTA 14. Obrigações Fiscais.

Referem-se a obrigações fiscais (impostos e contribuições incidentes sobre o resultado e receitas) e retenções incidentes sobre rendimentos do trabalho assalariado e prestações de serviços de pessoas jurídicas e físicas.

As referidas obrigações fiscais não possuem taxas de encargos e são reconhecidas dentro do próprio exercício sendo recolhidas em seus respectivos prazos de vencimento.

As composições das obrigações fiscais, na data do balanço, estão demonstradas na tabela a seguir de acordo com a sua respectiva natureza tributária.

Obrigações Fiscais por Natureza	2025	2024
Tributos s/Lucro e Receitas	551.631	284.707
Retenções s/Fornecedores	2.207	959
Retenções s/Salários	23.534	35.950
Total>>>>	577.371	321.615

NOTA 15. Empréstimos e Financiamentos.

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos não está reconhecido a valor presente, e corresponde ao valor original do contrato. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.v.

Na data do balanço em 31/12/2025, a sociedade detinha financiamentos para renovação dos equipamentos e implementos agrícolas e custeio da safra 2025/2026, conforme demonstra-se a seguir.

Instituição Financeira	Encargos Anuais	2025		2024	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES/FINAME	De 7 a 10,50% a.a.	412.253	412.253	412.253	824.505
Itaú Unibanco S/A	De 5,25 a 7% a.a.	-	-	471.059	-
Bco. Bradesco S/A	De 7 e 7,50% a.a.	-	-	117.900	117.900
		412.253	412.253	1.001.212	942.405
			824.505		1.943.617

Para todas as modalidades de financiamentos foram dados como garantias/alienação os próprios bens financiados. A Companhia fez uso destes instrumentos para suprir as necessidades de seus fluxos de caixa na forma de capital de giro.

Em 2020 a sociedade celebrou junto a parte relacionada Ettl Participações Societárias S/A, contrato de mútuo na condição de mutuária no montante de R\$7.500.000,00 com juros remuneratórios atrelado a Caderneta de Poupança pelo prazo de 120 meses. Em 2025 o saldo atualizado é de R\$5.318.887 (2024 R\$5.885.178).

NOTA 16. Patrimônio Líquido.

O capital social, na data do balanço, pertencentes a físicas residentes e domiciliados no Brasil, compõem-se de 80.945.000 (oitenta milhões, novecentos e quarenta e cinco mil) ações no valor unitário de R\$1,00 (um real) cada uma. A composição do Patrimônio Líquido na data do balanço é demonstrada abaixo.

Composição do Patrimônio Líquido	2025	2024
Capital Social Integralizado	80.945.000	80.945.000
Reserva Legal	3.736.810	2.607.560
Reserva de Lucros	-	62.162.159
Total	84.681.810	145.714.719

16a - Dividendos.

Aos detentores das ações do capital social são asseguradas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 15% do lucro líquido ajustado, após deduções legais. A companhia aprovou e distribuiu Lucros Acumulados no decorrer do exercício de 2025, em conformidade com o acordo de acionista e estatuto social, no montante total de R\$ 83.617.906, dos quais R\$ 1.989.823 foram pagos no decorrer do exercício e o valor de R\$81.628.083, foram provisionados para serem liquidados até dezembro de 2028, respeitando o estabelecido na Lei 15.270/2025 na qual trata entre outras coisas sobre a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas.

NOTA 17. Receitas.

Abaixo, quadro detalhando as receitas operacionais brutas por produto comercializado. Veja política contábil na nota explicativa 5.d.

Demonstrativo das Receitas	2025	2024
Milho a Granel e/ou em Espiga	1.071.223	29.288
Soja em Grãos	21.330.798	14.750.984
Algodão	31.461.369	14.673.185
Feijão	4.113.227	184.042
Laranja	537.479	110.332
Fibrilha	174.624	154.844
Aveia	12.500	-
Crotalaria	1.440.000	629.920
Arrendamento Rural	1.951.901	1.971.273
Total	62.093.120	32.503.867

Abaixo encontra-se o detalhamento da Receita Bruta deduzidas dos Cancelamentos e Devoluções ocorridas em 2025. Essas devoluções e cancelamentos representam a não satisfação plena do cliente pelo desempenho esperado e/ou por diferenças de peso entre balanças da fazenda e do cliente.

Atividade Agropecuária	Receita Bruta	Devoluções da Receita	Receita (-) Devoluções
Milho a Granel e/ou em Espiga	1.071.223	-	1.071.223
Soja em Grãos	21.330.798	-	21.330.798
Algodão	31.461.369	- 6.701	31.454.668
Feijão	4.113.227	-	4.113.227
Laranja	537.479	- 24.398	513.081
Fibrilha	174.624	- 56.672	117.952
Aveia	12.500	-	12.500
Crotalaria	1.440.000	- 720.000	720.000
Arrendamento Rural	1.951.901	-	1.951.901
Total	62.093.120	- 807.771	61.285.349

NOTA 18. Custo dos Produtos Vendidos.

Abaixo, quadro detalhando os custos por produto vendido.

Os custos com a safra compreendem o preço de aquisição de insumos, salários e seus encargos e outros custos diretamente atribuíveis à produção e colheita.

Custos Produtos Vendidos	Unid. Medida	Custo Unitário 2025	Custo Total 2025	Custo Unitário 2024	Custo Total 2024
Milho a Granel e/ou em Espiga	KG	0,42	444.879	1,58	4.792
Soja em Grãos	KG	0,82	8.614.931	0,99	7.286.043
Algodão	KG	7,29	16.423.257	4,85	10.347.261
Feijão	KG	0,29	335.355	-	-
Laranja	KG	5,15	1.888.595	2,77	146.667
Crotalaria	KG	2,29	172.098	1,91	172.098
Aveia	KG	0,46	4.584	-	-
Total			27.883.699		17.956.861

NOTA 19. Deduções de Tributos Incidentes sobre a Receita.

a. Produtos Destinados à Exportação.

As vendas destinadas ao comércio exterior, os tributos sobre o faturamento: Pis, Cofins e ICMS, possuem isenção ou suspensão.

b. Produtos Destinados ao Mercado Interno.

As vendas no mercado interno, são reguladas por normas distintas de tributação, e em geral seguem as seguintes regras fiscais:

- Pis e Cofins, tem a cobrança suspensa ou alíquota zero sobre o faturamento.
- O ICMS, pode ser cobrado a alíquota de 18% para as operações internas, podendo ser 7% ou 12% para as operações interestaduais.
- As operações internas com venda de soja e milho, a cobrança do ICMS é diferida.

c. Arrendamento de Terras.

Incide Pis e Cofins sobre a receita de arrendamento à alíquota combinada de 3,65%.

NOTA 20. Resultado Financeiro.

O resultado financeiro é demonstrado pelo resultado das receitas financeiras, deduzido das respectivas despesas.

As receitas financeiras compreendem basicamente os rendimentos provenientes de aplicações financeiras sendo reconhecidas *pro rata die* com base no método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros reconhecidos no resultado do exercício sobre os empréstimos e financiamentos.

Origem	2025	2024
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	2.862.911	1.680.174
Descontos Obtidos e/ou Juros Ativos	51.630	5.630
Var. Monetária Ativas	160.020	158.428
Juros e Encargos s/Fornecedores	(86.846)	(2.272)
Juros e Encargos s/Empréstimos e Financiamentos	(938.878)	(925.447)
Despesas na Aquisição de Consórcio	(123.234)	(92.638)
Var. Monetária Passivas	(68.015)	(103.954)
Desc. Concedidos e/ou Perdas Aplic. Financeiras	(7)	(14.600)
Total	1.857.581	705.321

NOTA 21. Aspectos Tributários (IRPJ e CSLL).

A opção pelo regime de tributação exercida para os exercícios 2025 e 2024 é o Lucro Presumido.

A diferença fundamental entre o conceito do lucro presumido em relação ao conceito do lucro real está no fato de que, no primeiro caso, há uma presunção por parte do fisco de qual seria o lucro das organizações, enquanto, que no segundo, o lucro a ser tributado corresponde ao lucro efetivo das empresas após a dedução dos impostos incidentes sobre

receitas, custos e despesas, ajustado por adições e exclusões estabelecidas pela legislação fiscal.

A opção manifestada recai para a modalidade em que o pagamento de tributos, compreendendo não só o IRPJ e a CSLL, mas também o PIS e a COFINS se deem de forma mais econômica, atendendo também às limitações legais de opção a cada regime. Desta forma o lucro presumido é adequado à legislação fiscal e favorável ao planejamento tributário exercido pelos administradores da companhia estimando-se receitas e custos, com base no orçamento anual.

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de venda de produtos agropecuários	59.333.415	59.333.415	30.532.591	30.532.591
Receita de arrendamento	1.951.901	1.951.901	1.971.273	1.971.273
Alíquota aplicada sobre a receita (presunção)	8% e 32%	12% e 32%	8% e 32%	12% e 32%
Resultado da aplicação da alíquota sobre a receita	5.371.281	7.744.618	3.073.415	4.294.718
Demais receitas e ganhos de capital	3.637.166	3.637.166	2.082.370	2.082.370
Base de cálculo	9.008.447	11.381.784	5.155.784	6.377.088
Alíquota	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.228.112)	(1.024.361)	(1.264.946)	(573.938)
Alíquota efetiva	5,01%		5,32%	

NOTA 22. Projeção de Produtividade e Área por Cultura.

A seguir, apresentamos o quadro com as estimativas de área de plantio e da produção para a safra 2025/2026 com as expectativas da época de colheita.

Produto	Área Plantada (Ha)	Plantio	Projeção de Produtividade (Ha)	Produção Estimada	Unidade de Medida	Previsão de Colheita
Soja	2140	Out/2025	80	171.200	SC	Fevereiro/Março 2026
Algodão	2050	Fev/2026	330	676.500	@	Julho/2026
Laranja	44	Set/2023	320	14.080	CX	Novembro/2026

NOTA 23. Cobertura de Seguros.

A Sociedade matinha seguro para Aeronave incluindo cobertura adicional referente a responsabilidade civil e danos materiais a terceiros. Em 10/12/2025 ocorreu sinistro com perda total da Aeronave por perda de controle em voo seguido de colisão com solo, não havendo registros de danos gerados a terceiros. A Sociedade adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros.

NOTA 24. Partes Relacionadas.

Conforme a Seção 33 da NBC TG 1.001, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As partes relacionadas referem-se a pagamento de pró-labore aos administradores, investimentos em controladas e juros em contratos de mútuos em condições usuais de mercado, conforme mencionado na nota 15.

NOTA 25. Evento Subsequente.

Recebimento de Seguro

Em 05/02/2026 a Mapfre Seguradora realizou o pagamento no valor de R\$3.116.993,85 decorrente do sinistro com perda total da Aeronave segurada pela Apólice 6238.900941/2021, conforme Sinistro 5089000153835, evento mencionado na nota 23.

Conflito no Oriente Médio

O conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã iniciado em março de 2026, criou um cenário de alta volatilidade e incerteza. Os principais riscos para o agro brasileiro concentram-se na elevação dos custos de produção (combustíveis e fertilizantes) e no risco logístico/sanções ao Irã. Apesar dos riscos, o setor demonstra resiliência devido a estoques de insumos e relações comerciais consolidadas, mas enfrenta queda nas exportações para a região.

Lei complementar nº 224/2025

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, a qual estabelece reduções lineares de incentivos e benefícios fiscais federais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, impactando diversos segmentos do agronegócio. Dentre as principais alterações introduzidas pela referida legislação e aplicáveis a Companhia, destacam-se:

- (i) aumento da alíquota da contribuição ao Funrural de 2,05% para 2,23%;
- (ii) aplicação de alíquota correspondente a 10% da alíquota padrão do regime não cumulativo de PIS e Cofins;
- (iii) vedação à apropriação de créditos de PIS e Cofins referentes ao adicional de 10% nas aquisições;
- (iv) majoração em 10% das bases de presunção para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no regime do Lucro Presumido; e

A Administração da Companhia encontra-se em processo de avaliação e mensuração dos potenciais impactos decorrentes desse evento sobre suas demonstrações financeiras a partir de 1 de janeiro de 2026.

NOTA 26. Auditores Independentes.

A sociedade esclarece não estar obrigada a Auditoria Independente, entretanto por liberalidade e adesão as boas práticas de governança, mantém contrato com auditores credenciados na CVM para auditoria de suas Demonstrações Financeiras.

NOTA 27. Política Ambiental.

A Sociedade está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais. A Sociedade tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, e não responde por nenhum processo judicial no descumprimento da legislação ambiental.

A Administração.

Brasilândia de Minas – MG, 17 de abril de 2026

LÚCIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO

CRC-DF 019351/O-0

Contador